CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255.20.44 - CEP: 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 716/93 - Ap. Proc. DRE - Campinas nº1972/1600/93
 INTERESSADA: Andréia Aparecida de Souza
 ASSUNTO: Convalidação de matrícula
 RELATOR: Cons. Agnelo José de Castro Moura
 PARECER CEE Nº 233/94 - CEPG - APROVADO EM 11.05.94

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO E APRECIÇÃO

Em 04-02-93, a Diretora da EEPG "Prof. Joaquim Theodoro da Silva" de Bragança Paulista, dirige-se ao Conselho Estadual de Educação solicitando a convalidação da matrícula da aluna Andréia Aparecida de Souza, no Curso de Suplência I (1ª a 4ª série), em 1988, por não ter, à época, 14 anos completos.

De acordo com o histórico escolar, a aluna apresentou a seguinte escolaridade:

Série	Ano	Estabelecimento	Município	Estado
1ª	C 1983	EEPG Parque dos Estados	Bragança Paulista	SP
2ª	B 1985	EEPG Profª Mathilde T.de Moraes	Bragança Paulista	SP
3ª	1986	EEPG Profª Mathilde T.de Moraes	Bragança Paulista	SP
4ª	1988	EEPG Profª Mathilde T.de Moraes Suplência I	Bragança Paulista	SP
5ª	1990	EEPG Profª Mathilde T.de Moraes	Bragança Paulista	SP
6ª	1991	EEPG Profª Mathilde T.de Moraes	Bragança Paulista	SP
7ª	1992	EEPG Prof. Joaquim Theodoro da Silva - Suplência II	Bragança Paulista	SP
8ª	1992	EEPG Prof. Joaquim Theodoro da Silva - Suplência II	Bragança Paulista	SP

PROCESSO CEE Nº 716/93

PARECER CEE Nº 233/94

A direção da UE de origem - EEPSEG "Profª Mathilde Teixeira de Moraes", DE de Bragança Paulista, em atendimento a pedido superior informa que:

- a aluna cursou o Ensino Supletivo-modalidade Suplência I, em 1988, mas completou 14 anos ao final desse ano, quando concluiu o referido curso;

- não consta do Livro de Termo de Visita, nenhuma observação do Senhor Supervisor de Ensino, em relação à idade dos alunos matriculados no Curso de Suplência I.

Em 09-03-93, em seu parecer, o Senhor Supervisor de Ensino da escola recipiendária, considerando que:

- a matrícula na Suplência I foi efetuada em outra unidade escolar, sem que a aluna tivesse a idade mínima exigida nos dispositivos legais;

- a falha ocorreu em outra unidade escolar e só foi verificada quando a mesma cursava o 4º termo do Curso de Suplência II, na escola recipiendária;

- a supervisão responsável pela outra unidade escolar, à época, não atendeu ao artigo 2º da Deliberação CEE nº 22/86 e a direção, responsável pelo recebimento da matrícula, também não verificou as disposições da Deliberação CEE nº 23/83, quanto à idade,

PROCESSO CEE Nº 716/93

PARECER CEE Nº 233/94

opinou pela convalidação de matrícula e demais atos escolares da aluna, que não pode ser penalizada, ainda mais, quando se verifica que apesar das constantes reuniões sobre o Ensino Supletivo, algumas autoridades escolares não têm tido o cuidado necessário para evitar problemas tão simples.

Em 18-05-93, a AT do Ensino Supletivo da DRE Campinas, ao analisar o protocolado, entendeu não haver irregularidade no caso em tela, pois:

"a escola coloca em funcionamento, classes de Suplência I, a qualquer momento do ano civil, desde que até 30-09 do ano em curso;"

"no decorrer do funcionamento da classe de suplência, o candidato poder-se-á (sic) nela matricular-se a qualquer momento do ano, desde que haja capacidade ociosa e o mesmo tenha 14 anos de idade completos no seu primeiro dia letivo";

"a duração e término do curso de Suplência I, serão definidos em função do aproveitamento escolar do aluno, do seu estado de prontidão, da sua competência, do nível de escolaridade alcançado e dos objetivos atingidos face aos propostos. Respeitando-se em síntese, o ritmo de aprendizagem de cada educando."

Em 13-07-93, a AT da DRE/Campinas entende como regularizada a Vida Escolar da interessada, tendo como respaldo a legislação vigente:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 716/93

PARECER CEE Nº 233/94

"Se a legislação proporciona toda essa flexibilidade no Curso de Suplência I, não há como burocratizar mais ainda, retardando e penalizando a continuidade de estudos da interessada, que já concluiu a Suplência II (1º grau), no ano de 1992."

Os autos retornaram à DRE, com a insistência da supervisão para o encaminhamento do Processo ao CEE.

Em 13-07-93, o protocolado foi encaminhado à CEI, para as providências necessárias.

A AT da Coordenadoria de Ensino do Interior, às fls 23 a 30 do Apenso DRE/C 1972/93, analisou o caso, ora Apreciado e, no item 5 de seu parecer, manifesta-se nos seguintes termos:

"Por outro lado, a polêmica levantada entre a DE de Bragança Paulista e a DRE/Campinas, quanto ao aspecto legal da idade mínima para freqüência a cursos de Suplência I, merece algumas considerações:

"5.1 Segundo dados da SE/ATPCE/CIE e Fundação SEADE, selecionados entre os contidos na publicação FDE/SE 'A Educação Básica é Fundamental', a população escolar fora da escola é a seguinte:

Idade	1980	%	1990	%
07 a 09	63.713	4,06	---	---
10 a 14	286.484	11,27	399.908	11,74

PROCESSO CEE Nº 716/93

PARECER CEE Nº 233/94

"Outros dados fornecidos pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), extraídos da mesma publicação revelam que:

'no Brasil em 1989, 19% dos jovens de dez a catorze anos e 57% dos de quinze a dezenove anos estavam trabalhando. Em São Paulo eram 14% e 63%, respectivamente'

"5.2 Daí podemos verificar que significativa parcela da população escolar de 10 a 14 anos trabalha e está fora da escola.

Esta demanda específica não encontra condições de acesso à escolarização, pois em nenhuma organização escolar há oferta de ensino correspondente às 4 primeiras séries do 1º grau, no período noturno; só se faz através de cursos de Suplência I, que por se tratar de Ensino Supletivo, é limitado à faixa etária de 14 anos em diante."

De acordo com a Lei nº 5.692/71 -Capítulo IV - Artigo 24 - O Ensino Supletivo terá por finalidade:

a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;

A Deliberação CEE nº 23/83, que trata dos cursos de Suplência, em seu Artigo 8º, § 1º, dispõe:

PROCESSO CEE Nº 716/93

PARECER CEE Nº 233/94

"O candidato à matrícula no Curso de Suplência I deverá ter 14 anos completos ou a completar até o início das aulas e poderá ingressar no termo para o qual demonstre possuir conhecimentos requeridos, evidenciados mediante verificação a ser procedida pela escola que acolher sua matrícula." (g.n)

A Constituição da República Federativa do Brasil - 1988 - Artigo 205, dispõe:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

- A Constituição do Estado de São Paulo - 1989 - Artigo 250 - complementou ainda:

"O Poder Público responsabilizar-se-á pela manutenção e expansão do ensino médio, público e gratuito, inclusive para os jovens e adultos que, na idade própria, a ele não tiveram acesso, tomando providências para universalizá-lo.

"§ 1º O Estado proverá o atendimento do ensino médio em curso diurno e noturno, regular e supletivo, aos jovens e adultos especialmente trabalhadores, de forma compatível com suas condições de vida."

Com base nos dispositivos legais acima citados, e considerando ainda o Estatuto da Criança e do adolescente, que determina o direito de os adolescentes ingressarem na escola, quando a ela não tiveram acesso na idade própria, a CEI fez uma análise, entendendo que enquanto as legislações antigas (LF 5.692/71 e Del. CEE nº 23/83) estabelecem a idade mínima de 14 anos para ingresso na Suplência I, os dispositivos atuais (as duas Constituições - brasileira e paulista e o ECA) não mencionam uma idade mínima para o ensino da criança que não recebeu escolarização na idade adequada. Manifesta sua opinião sobre a necessidade de revisão da legislação de ensino, em face dos dispositivos legais novos e maiores.

Quanto ao caso em tela, pelas normas legais vigentes, no sistema estadual de ensino, há necessidade de se convalidar a matrícula da aluna Andréia Aparecida de Souza na 4ª série do 1º grau, cursada via Suplência I, no ano de 1988, na EEPSG "Profª Mathilde Teixeira de Moraes", em Bragança Paulista, Delegacia de Bragança Paulista, DRE Campinas, e os atos subseqüentes praticados na EEPG "Prof. Joaquim Theodoro da Silva", que a recebeu por transferência.

2. CONCLUSÃO

Convalidam-se, a matrícula da aluna Andréia Aparecida de Souza na 4ª série do 1º grau, cursada via Suplência I, no ano de 1988, na EEPSG "Profª Mathilde Teixeira de Moraes", em Bragança Paulista, DE de Bragança

PROCESSO CEE Nº 716/93

PARECER CEE Nº 233/94

Paulista, DRE de Campinas, e os atos subseqüentes praticados, na EEPG "Prof. Joaquim Theodoro da Silva", que a recebeu por transferência.

São Paulo, 06 de abril de 1994.

a) Cons. Agnelo José de Castro Moura
Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Agnelo José de Castro Moura, Elba Siqueira de Sá Barretto, João Gualberto de Carvalho Meneses, Domingas Maria do Carmo Rodrigues Primiano.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 20 de abril de 1994.

a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses
No exercício da Presidência da CEPG

PROCESSO CEE Nº 716/93

PARECER CEE Nº 233/94

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 11 de maio de 1994.

a) Cons. JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA
Presidente